



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
Rua do Acre, 80 – sala 604 – Centro/Rio Janeiro – CEP: 20081-000
Telefone/Fax: 2282-8682 / 2282-8016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 127/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Proc. nº TRF2-EOF-2019/286

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2019/386 de 24.09.2019, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, do tipo menor preço, realizado por meio da internet, no *site*: www.comprasnet.gov.br. O certame será regido pelas disposições das Leis 8.666/93 e 10.520/02, do [Decreto 10.024/19](#), da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, da Portaria TRF2-PTP-2017/00110 de 15/03/2017 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:
Data: 02 de dezembro de 2019
Horário (de Brasília): 11:00
Local: www.comprasnet.gov.br

Fazem parte deste Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Modelo do Formulário de Solicitação de Fornecimento;
- Anexo III - Declaração de acordo com o inciso VI artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nº 9 de 06/12/2005 e 229 de 22/06/2016 do CNJ;
- Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo V - Minuta do Contrato Administrativo;

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de notebooks para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES), atuando este E. Tribunal como Órgão Gerenciador e as mencionadas Seções Judiciárias como Órgãos Participantes, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e será adjudicado a apenas uma licitante.



2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, através do *site* www.comprasnet.gov.br.

2.1.1 - A SETIC atuará como órgão provedor do sistema eletrônico

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no [Decreto 10.024/19](#).

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.4 - Empresas que estejam reunidas em consórcio;

2.3.5 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.6 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

2.3.7 - [Empresas proibidas de contratar com o poder público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 \(Lei da Improbidade Administrativa\), com a redação dada pela Lei nº 12.120/2009, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.](#)

2.3.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/08.

2.3.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.



- 2.4 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.
- 2.5 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias.
 - 2.5.1 - Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.6 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:
 - 2.6.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
 - 2.6.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do "sítio" www.comprasnet.gov.br. (art. 9º do Decreto 10.024/19).
- 3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível. (art. 9º, § 1º do Decreto 10.024/19).
- 3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 10 do Decreto 10.024/19).
- 3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:
 - 3.4.1 - Credenciar-se previamente no Sicaf ou, na hipótese de que trata o §2º do art. 5º, no sistema eletrônico utilizado no certame;
 - 3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
 - 3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 19, Inc. III do Decreto 10.024/19).



4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, de proposta contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no VALOR UNITÁRIO DO ITEM COTADO, conforme Planilha de Especificações e Formação de Preços, constante do item 02 do Anexo I deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet. ([art. 26 do Decreto 10.024/19](#)).
- 4.3 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante e a indicação da pessoa legalmente habilitada a **assinar Ata de Registro de Preços / Contrato Administrativo**, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.4 - **Preços unitário e total do objeto**, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Modelo de Planilha de Especificações e Formação de Preços, apresentado no item 02 do Anexo I - Termo de Referência deste edital;
- 5.4.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;
- 5.5 - **Descrição integral das características técnicas do(s) produtos(s) cotados(s)**, obedecidas as especificações e exigências constantes do Termo de Referência - Anexo I, bem como a MARCA (e modelo, se houver);
- 5.6 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da abertura da sessão pública deste pregão eletrônico;



- 5.7 - **Prazo de entrega**, que deverá ser de, no máximo, 40 (*quarenta*) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de assinatura do contrato, conforme item 06 do Anexo I – Termo de Referência;
- 5.8 - **Prazo de validade da Ata de Registro de Preços**: 12 (*doze*) meses, contados da data de sua assinatura;
- 5.9 - **Prazo de garantia *on-site* dos equipamentos**, incluindo troca de equipamentos defeituosos e assistência técnica, em cada fornecimento, conforme item 5 do Anexo I, será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data do Recebimento Definitivo de que trata o item 15 deste Edital.
- 5.9.1 - A movimentação dos equipamentos entre as sedes do Contratante não exclui a garantia dos itens;
- 5.9.2 - Os atendimentos mencionados em 5.9 nas especificações "Garantias" descritas nas especificações técnicas deverão ser realizadas em todas as instalações da contratante:
- 5.9.2.1. Tribunal Regional Federal da 2ª Região
- 5.9.2.1.1. Rua Acre, 80, Rio de Janeiro/RJ
 - 5.9.2.1.2. Rua Beneditinos, 24, Rio de Janeiro/RJ
 - 5.9.2.1.3. Rua Visconde de Inhaúma, 68, Rio de Janeiro/RJ
 - 5.9.2.1.4. Rua Dom Gerardo, 46, Rio de Janeiro/RJ
 - 5.9.2.1.5. Rua Almirante Barroso, 78, Rio de Janeiro/RJ
 - 5.9.2.1.6. Av. Rio Branco, 241, Rio de Janeiro/RJ
- 5.9.2.2. Seção Judiciária do Espírito Santo
- 5.9.2.2.1. Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877, Vitória/ES
 - 5.9.2.2.2. Av. Monte Castelo, 96, Cachoeiro de Itapemirim/ES
 - 5.9.2.2.3. Rua Cel. Constantino Cunha, 1334, São Mateus/ES
 - 5.9.2.2.4. Av. Hans Schmoger, 808, Linhares/ES
 - 5.9.2.2.5. Rua Santa Maria, 46, Colatina/ES
 - 5.9.2.2.6. Rua 1D, s/n, esquina com Rodovia Norte Sul, Serra/ES
- 5.9.2.3. Seção Judiciária do Rio de Janeiro
- 5.9.2.3.1. Av. Rio Branco, 243, Rio de Janeiro/RJ
 - 5.9.2.3.2. Av. Venezuela, 134, Rio de Janeiro/RJ
 - 5.9.2.3.3. Rua Manaí, 81 - Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ

- 5.9.2.3.4. Rua Almirante Barroso, 78, Rio de Janeiro/RJ
- 5.9.2.3.5. Rua Coronel Carvalho, 465, Angra dos Reis/RJ
- 5.9.2.3.6. Rua José Alves Pimenta, 1091, Barra do Pirai/RJ
- 5.9.2.3.7. Praça Santíssimo Salvador, 62, Campos dos Goytacazes/RJ
- 5.9.2.3.8. Rua Aylton da Costa, 115, Duque de Caxias/RJ
- 5.9.2.3.9. Av. Amélia Saraiva dos Santos, 85, Itaboraí/RJ
- 5.9.2.3.10. Av. Presidente Dutra, 1.172, Itaperuna/RJ
- 5.9.2.3.11. Rodovia RJ 168, Km 4, Macaé/RJ
- 5.9.2.3.12. Rua Salma Repani, 114, Magé/RJ
- 5.9.2.3.13. Rua Coronel Gomes Machado, 73/75, Niterói/RJ
- 5.9.2.3.14. Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, 604, Niterói/RJ
- 5.9.2.3.15. Rua Hans Geiser, 26, Nova Friburgo/RJ
- 5.9.2.3.16. Rua Oscar Soares, 2, Nova Iguaçu/RJ
- 5.9.2.3.17. Av. Koeller, 167, Petrópolis/RJ
- 5.9.2.3.18. Av. Rita Maria Ferreira da Rocha, 1.235, Resende/RJ
- 5.9.2.3.19. Rua Coronel Serrado, 1.000, São Gonçalo/RJ
- 5.9.2.3.20. Av. Presidente Lincoln, 1090, São João de Meriti/RJ
- 5.9.2.3.21. Rua 17 de Dezembro, lote 4 A, São Pedro da Aldeia/RJ
- 5.9.2.3.22. Rua Francisco Sá, 343, Teresópolis/RJ
- 5.9.2.3.23. Rua Barbosa de Andrade, 201, Três Rios/RJ
- 5.9.2.3.24. Rua José Fulgencio Neto, 38, Volta Redonda/RJ

5.9.2.4. Outros endereços da CONTRATANTE que surjam durante a execução contratual, respeitado os limites dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

- 5.10 - **Prazo de vigência do contrato** inicia-se no primeiro dia útil subsequente a data de sua assinatura, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo de que trata o item 15 deste Edital;
- 5.11 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.6 a 5.9, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.
- 5.12 - Catálogo técnico oficial do produto, **emitido pelo fabricante**, que apresente as características técnicas em conformidade com as descritas no Edital, com vistas a possibilitar a emissão do parecer técnico.



- 5.12.1 - Caso os Catálogos Técnicos apresentados omitam alguma informação ou exigência técnica em relação aos descritivos do Edital e seus Anexos, deverá ser anexada aos mesmos declaração do fabricante, **em português**, com a complementação das informações.
- 5.13- Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, através do próprio Sistema Comprasnet. (arts. 26, §9º e 38, §2º do Decreto 10.024/19).
- 5.13.1- O Prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá estendê-lo bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.
- 5.14 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.15 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.16 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos no COMPRASNET e o disposto no **Anexo I – Termo de Referência**, o licitante deverá obedecer a este último.
- 5.17- Serão desclassificadas as propostas que:
- 5.17.1 - contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;
 - 5.17.2 - não atenderem às exigências deste Pregão;

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

- 6.1 - O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 6.2 - O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF2ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.



- 6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes aos valores estimados pelo TRF2ª Região.
- 6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis;
- 6.8 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação.
- 6.9 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, salvo mediante a ocorrência das hipóteses previstas pelo artigo 17 do Decreto nº 7.892/2013.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor unitário do item**, conforme modelo de planilha constante do item 02 do Anexo I, sob pena de desclassificação.
- 7.3 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.
- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.
- 7.7.1 - Encerrado o prazo previsto no subitem 7.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 7.7.2 - Encerrado o prazo de que trata o subitem 7.7.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.



7.7.3 - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 7.7.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.7.4 - Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 7.7.2 e 7.7.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.7.5 - Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 7.7.2 e 7.7.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 7.7.4.

7.7.6 - Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 7.7.5.

7.7.7 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e dos procedimentos previstos nos subitens 8.4 e 8.5 deste Edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

7.7.8 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação aos participantes, no sítio eletrônico: www.comprasnet.gov.br.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 49 do Decreto nº 10.024/19.

7.10 - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.10.1 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem 7.10 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

8 - DO PROCEDIMENTO

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **menor valor unitário do item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, aplicam-se as regras de preferência previstas no artigo 5º do Decreto nº 7.174/2010, com a classificação das licitantes cujas propostas finais estejam situadas entre 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, para a comprovação e o exercício do direito de preferência.
- 8.5.1 - Convocam-se as licitantes para exercício do direito de preferência, obedecidas as regras dispostas nos incisos III e IV do artigo 8º do Decreto nº 7.174/2010.
- 8.6 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.7 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os procedimentos previstos nos subitens 8.4 e 8.5 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.8 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **menor valor unitário do item**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.



- 8.9 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.10 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.11 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.12 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.
- 9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8429/92.
- 9.1.2 - Constatada existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.
- 9.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - 9.3.2 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015 e 3193/17);
 - 9.3.3 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
 - 9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;
 - 9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;
 - 9.3.6 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
 - 9.3.7 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
 - 9.3.8 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo pregoeiro.
 - 9.3.9 - O registro regular e atualizado no SICAF supre no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.6.
- 9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:
- 9.4.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.



- 9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;
- 9.4.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- 9.4.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.
- 9.4.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 – SLTI, de 16 de setembro de 2009.

9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Para fins de habilitação, deverá ser apresentado:

9.5.1.1 - Comprovante de Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação:

9.5.1.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 1 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, no mínimo, 125 (cento e vinte e cinco) unidades de NOTEBOOKS e/ou ULTRABOOKS.

- 9.6 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.
- 9.7 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 9.8 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - 9.8.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.8, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, ou propor a revogação deste Pregão.



10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Registro de Preços **correrão** à conta dos recursos específicos consignados nos orçamentos do TRF-2ª REGIÃO, da SJRJ e da SJES, na época da realização da despesa.

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 11.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas no "sítio" do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "*Transparência / Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento*", e no site: www.comprasnet.gov.br, na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.
- 11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones/FAX de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.
- 11.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 11.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.
- 11.5 - Acolhida a impugnação contra edital, será designada nova data para a realização do certame.

12 - DOS RECURSOS

- 12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 12.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.



- 12.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes será realizada no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 12.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 12.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para assinar a **Ata de Registro de Preços** e o **Contrato Administrativo**, constantes respectivamente dos Anexos IV e V deste edital, podendo, posteriormente, ser convocada para retirar nota de empenho, preferencialmente junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68/ 2º andar, Centro - Rio de Janeiro, no horário de 12:00 às 17:00 horas.
- 13.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF 2ª Região, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 bem como no [art. 49 do Decreto 10.024/19](#).
- 13.3 - No ato da assinatura da **Ata de Registro de Preços** e do **Contrato Administrativo**, será comprovada mediante consulta *on line*, a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e pela CNDT, regularidade que deverá ser mantida pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços, cuja **validade é de 12 (doze) meses** contados da data de sua assinatura.
- 13.4 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou o Contrato dentro de prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.
- 13.5 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual, ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os equipamentos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.



- 13.6 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato Administrativo nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.
- 13.7 - Desde que atendidos os pressupostos dos artigos 11 e 26 do Decreto nº 7.892/13, será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da licitante mais bem classificada; segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.
- 13.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.
- 13.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo III do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato

14 - DO REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1 - O Tribunal Regional Federal da 2ª Região é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.
- 14.2 - O fornecedor registrado terá seu registro cancelado quando:
- 14.2.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - 14.2.2 - Não assinar o termo de contrato ou retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 14.2.3 - Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;
 - 14.2.4 - Houver razões de interesse público, devidamente comprovadas e justificadas;
 - 14.2.5 - Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.



14.2.6 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 ou no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

14.2.7- O cancelamento do Registro de Preços, nas hipóteses previstas e após assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, c/c a IN SLTI/MPDG nº 01, de 04/04/2019, o objeto do contrato será recebido mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, e da seguinte forma:

15.1.1 - Provisoriamente - pelo Fiscal Técnico, mencionado no subitem 15.6, imediatamente depois de efetuada a entrega dos equipamentos, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações do Pregão.

15.1.2 - Definitivamente - pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante, o prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

15.2 - Os termos serão emitidos pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designado na forma estabelecida no subitem 15.6 deste edital, o qual confirmará a aceitação definitiva dos equipamentos, após comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos;

15.3 - Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SLTI/MPDG nº 01, de 04/04/2019 e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

15.4 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que equipamentos foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação;

15.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

15.6 - O Contratante designará **a Equipe de Gerenciamento da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo**, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato.



15.7 - O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF-2ª Região as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90;

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor do Contrato, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal para valor inferior ou igual a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscientos reais), ou em até 10 (dez) dias úteis, para valor superior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscientos reais), a contar do atesto do documento fiscal aposto pelo gestor do Contrato;

16.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

16.1.2 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

16.2 - O documento fiscal deverá acompanhar os produtos quando estes forem entregues, de 2ª a 6ª feira, nos endereços e horários indicados no subitem 6.2 do Termo de Referência - Anexo I;

16.2.1 - A entrega deverá ser agendada com antecedência através dos telefones (21) 2282-8264 (TRF2), (21) 3218-6612 / 3218-6613 (SJRJ) ou (27) 3183-5004 (SJES).

16.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015;

16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU);

16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;



- 16.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à contratada para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 16.7 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- 16.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.7, a contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1 - Responder por perdas e danos que vier a causar ao TRF 2ª Região ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 17.2 - O TRF - 2ª Região não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
- 17.3 - Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRF 2ª Região.
- 17.4 - Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento dos equipamentos, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.
- 17.5. As especificações descritas ao longo do Termo de Referência representam os requisitos essenciais exigidos pelo CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA fornecer todos os componentes de hardware e software necessários para que elas sejam atendidas, sem exceção.
- 17.6. A CONTRATADA poderá fornecer itens com características adicionais e até mesmo superiores, desde que não haja prejuízo de qualquer das funcionalidades especificadas e se mantenha a compatibilidade da solução. Tal mudança deverá ser solicitada ao CONTRATANTE e deverá contar com a anuência do mesmo.
- 17.7. O fornecimento de qualquer material adicional (cabo, conector, transceiver, conversor etc) necessário ao funcionamento de quaisquer dos itens adquiridos, não vislumbrados no Termo de Referência, será de responsabilidade da CONTRATADA.
- 17.8. O transporte dos equipamentos até o local de entrega deverá ser realizado pela CONTRATADA, incluindo procedimentos de seguro, embalagem e transporte até o local especificado, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.



17.9 A CONTRATADA deve arcar com todas as despesas com deslocamento, alimentação e estadia para realização dos serviços (on-site) nas dependências do CONTRATANTE.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1 - Após a assinatura do contrato o TRF 2ª Região compromete-se a:

- 18.1.1 - Proporcionar todos os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- 18.1.2 - Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado.
- 18.1.3 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar o fornecimento de equipamentos objeto do Contrato;
- 18.1.4 - Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato;
- 18.1.5 - Facilitar o acesso da Contratada para a consecução do objeto do Contrato;
- 18.1.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo fornecedor, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;
- 18.1.7 - Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos equipamentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 18.1.8 - Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.
- 18.1.9 - Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos de prestar o serviço contratado, desde que se apresentem devidamente identificados, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina) do CONTRATANTE.
- 18.1.10 - Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada no cumprimento objeto do contrato, determinado, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas.
- 18.1.11 - Recusar o recebimento do hardware, material ou serviço que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA.
- 18.1.12 - Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento do objeto desta contratação pela CONTRATADA.
- 18.1.13 - Demais deveres e responsabilidades previstos no edital.



19 - DAS SANÇÕES

- 19.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:
- 19.1.1. apresentar documentação falsa;
 - 19.1.2. fraudar a execução do contrato;
 - 19.1.3. comportar-se de modo inidôneo;
 - 19.1.4. cometer fraude fiscal;
 - 19.1.5. fizer declaração falsa;
 - 19.1.6. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
 - 19.1.7. não mantiver a proposta.
- 19.2 - Para os fins do item 19.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
- 19.3 - Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens "19.4", "19.5" e "19.6", com as seguintes penalidades:
- 19.3.1. advertência;
 - 19.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;
 - 19.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou
 - 19.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.
- 19.4 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.



- 19.5 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 19.6 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais da Contratada especificadas no edital e Termo de Referência, a CONTRATADA, caso não sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% e 0,5% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente.
- 19.7 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA:
- 19.7.1 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor a multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida.
- 19.7.2 - Se os valores das faturas e da garantia, se exigida, forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;
- 19.7.3 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;
- 19.7.4 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.
- 19.8 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.
- 19.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017;
- 19.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à contratada, na forma da lei;
- 19.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 19.12 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no §1º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.



20 - DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

20.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos *sites*: www.trf2.jus.br, opção "transparência / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.comprasnet.gov.br, opção "*visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos*", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (*vinte e quatro*) horas da data inicialmente marcada;

20.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;

20.1.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

20.2 - O contrato decorrente do presente Registro de Preços poderá ser alterado, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

20.3 - Eventuais supressões realizadas nos termos do subitem anterior poderão exceder o limite ali estabelecido, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

20.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;

20.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2019.

Francisco Luis Duarte - Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 127/2019
PROCESSO TRF2-EOF-2019/286
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de notebooks para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES), atuando este E. Tribunal como Órgão Gerenciador e as mencionadas Seções Judiciárias como Órgãos Participantes, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificações a seguir definidas:

2 - PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DO PREÇO

ITEM	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO	UNID	QUANT.	PREÇOS	
					UNIT.	TOTAL
1	Notebook corporativo, tipo Ultrafino, com tela de 14"	TRF2	UN	30	7.722,20	231.666,00
		SJRJ	UN	250	7.722,20	1.930.550,00
		SJES	UN	44	7.722,20	339.776,80
QUANTIDADE TOTAL 324						
VALOR TOTAL					R\$ 2.501.992,80	

MODELOS REFERÊNCIA:

Marca: HP – Modelo: Elitebook 840 G5

Marca: POSITIVO – Modelo: N8240

3 - VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses;

4 - DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS E DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1 - Todos os equipamentos a serem fornecidos deverão ser novos, estar em linha de produção e fabricação, com a embalagem original de fábrica lacrada, sendo que, em hipótese alguma, serão aceitos equipamentos reconicionados ou já utilizados anteriormente;

4.2 - Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os itens e acessórios necessários a sua perfeita ativação e funcionamento;

4.3 - Apresentação de certificações emitidas por instituições públicas ou privadas acreditadas ou credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação dos seguintes requisitos, conforme citado no decreto 7174/2010:

4.3.1 - Segurança para o usuário e instalações;

4.3.2 - Compatibilidade eletromagnética;

4.3.3 - Consumo de energia;

4.4 - Todos os itens devem ter comprovações de adequação às normas de segurança e ergonomia;

4.5 - A comprovação do atendimento às características técnicas especificadas neste documento será feita pela licitante declarada vencedora na etapa de lances, mediante avaliação da documentação técnica integrante da proposta apresentada, que consistirá em catálogos, manuais ou publicações oficiais e originais dos respectivos fabricantes. Serão aceitos, para efeito de comprovação de características técnicas, endereços de sítios na Internet que contenham as informações solicitadas, os quais serão consultados, sendo de responsabilidade da licitante informar corretamente tais endereços. Será obrigatória a apresentação de documentação que comprove as especificações técnicas dos seguintes componentes descritos neste documento, incluindo os que não sejam fabricados pela própria licitante:

4.5.1 - Placa principal ("motherboard");

4.5.2 - Processador;

4.5.3 - Dispositivo de armazenamento interno;

4.5.4 - Placa controladora de vídeo;

4.5.5 - Memórias;

4.5.6 - BIOS;

4.5.7 - Monitor de vídeo;

4.6 - Além da comprovação citada no item anterior, assim como da constatação do produto ser novo e estar devidamente em embalagem lacrada, é obrigatório que a tecnologia de qualquer fabricante que esteja sendo empregada, como por exemplo: processador, placa mãe ou monitor, seja atual, tendo previsão de utilização de pelo menos 4 anos, tendo como referência a data de assinatura do contrato pelas partes, ou seja, não esteja sujeito a obsolescência nem pela tecnologia empregada nem pelo tempo da versão lançada;

4.7 - Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora das especificações técnicas recomendadas pelo fabricante do equipamento ou dos componentes, tais como, alterações de clock, características de disco ou memória;

4.8 - O número de série de cada equipamento deve ser único, afixado em local visível na parte externa do equipamento e na embalagem que o contém;

4.9 - PLACA PRINCIPAL:

- 4.9.1 - Possuir integralmente compatibilidade com o processador ofertado;
- 4.9.2 - Barramento de memória com padrão DDR4;
- 4.9.3 - Possuir no mínimo um slot M.2;
- 4.9.4 - Possuir dois slots de memória para suportar no mínimo 16GB;
- 4.9.5 - Possuir no mínimo 01 (uma) interface SATA III (6 Gb/s) a qual estará conectada a unidade de armazenamento fornecida com o equipamento;
- 4.9.6 - Possuir chip TPM (Trusted Platform Module) versão 1.2 integrado à Placa Principal em conformidade com as especificações do Trusted Computing Group, com fornecimento do software para implementação do mesmo;
- 4.9.7 - O Chipset deverá ser do mesmo fabricante do processador ofertado;
- 4.9.8 - Recursos DASH 1.2 ou iAMT 9.0 ou superior;
- 4.9.9 - Deverá ser compatível com a tecnologia VPRO ou DASH;
- 4.9.10 - Deverá possuir capacidade de redirecionamento do boot do notebook pela rede através do uso de pen-drive, ou arquivo de imagem no formato ISSO (pen-drive) localizados em outro notebook, com acesso a interface remotamente;
- 4.9.11 - Deverá possuir capacidade de permitir o acesso remoto ao notebook via hardware, mesmo com este desligado ou com o Sistema Operacional travado ou inacessível;
- 4.9.12 - A placa-mãe deverá possuir memória não volátil, para gravação de informações de inventário de hardware (placa mãe, processador, memória e disco) e software, que sejam acessíveis remotamente pela rede, independente do estado do sistema operacional, bem como possuir sistema de alertas pró-ativos que permitam minimizar o tempo de recuperação do equipamento defeituoso;
- 4.9.13 - Deverá possuir capacidade de iniciar o notebook a partir de uma imagem (ISO) em um compartilhamento de rede ou CD no console de administração, mesmo com o notebook desligado;
- 4.9.14 - Deverá possuir a capacidade de ser gerenciada mesmo quando estiver fora da rede corporativa, conectada na internet e usando NAT;
- 4.9.15 - Deverá suportar autenticação IEEE 802.1x na interface de rede integrada para autenticação na rede corporativa, mesmo sem que o sistema operacional tenha sido inicializado;
- 4.9.16 - Deverá suportar controle remoto KVM (teclado, monitor e mouse) em modo gráfico;

4.9.17 - As configurações das funcionalidades de gerenciamento presentes na placamãe deverão ser feitas sem a necessidade de intervenção presencial à máquina, mesmo com o sistema operacional inoperante;

4.9.18 - Deverá suportar que o notebook seja ligado remotamente em horários determinados;

4.10 - BIOS:

4.10.1 - Funcionalidade UEFI 2.6. ou superior;

4.10.2 - Deverá possuir campo para inserção de número de patrimônio do microcomputador (com no mínimo 10 (dez) dígitos), sendo possível a leitura deste pelo módulo de inventário que integra o System Center Configuration Manager 2012;

4.10.3 - Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador, uma para ativação do disco rígido, uma para acesso aos recursos de gerência e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS;

4.10.4 - Implementação em "flash memory", atualizável diretamente pelo microcomputador, com senhas separadas para acesso do usuário comum e do administrador do equipamento, proteção integrada contra vírus de "boot", alerta de troca ou remoção de memória e, suportando o registro de número de série do equipamento, podendo estes números, ser lidos, remotamente via comandos DMI 2.0 ou superior;

4.10.5 - A senha do BIOS deverá ser passível de alteração via rede;

4.10.6 - Permitir acesso remoto ao POST (procedimento de inicialização) e BIOS para leitura e gravação, mesmo com o equipamento desligado, porém energizado pela rede elétrica, e conectado à rede de dados;

4.10.7 - Atualização do BIOS de maneira remota, por meio de interface gráfica;

4.10.8 - Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;

4.10.9 - A BIOS deve possuir campo não editável com o número de série do equipamento e campo editável de 10 caracteres que permite inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento;

4.10.10- A BIOS deve permitir a opção de habilitar/desabilitar componentes de drive e de entrada e saída do equipamento como: áudio, microfone e Webcam;

4.10.11 - Deverá o equipamento dispor de software para diagnóstico de problemas com as seguintes características:

4.10.11.1 - A fim de permitir o teste do equipamento em 2 modos, sendo básico e avançado (teste de stress), com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (Unified Extensible Firmware Interface) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (F1..F12). O software de diagnóstico deverá ser capaz de

informar, através de tela gráfica o fabricante, modelo do equipamento; número de série e realizar testes dos componentes: processador; placa de vídeo; memória RAM; disco rígido; portas de comunicação. Deverá verificar e emitir relatório, através de tela gráfica que mostre o andamento do teste, dos seguintes componentes: Processador; Memória; Disco rígido (ou memória de armazenamento);

4.10.12 - A mensagem de erro gerada por este diagnóstico deverá ser o suficiente para abertura de chamado do equipamento durante o período de vigência da garantia;

4.10.13 - A BIOS deverá possuir ferramenta capaz de apagar dados gravados no disco rígido de forma definitiva e irrecuperável;

4.11 - PROCESSADOR:

4.11.1 - No mínimo quatro núcleos de processamento;

4.11.2 - Frequência de operação interna de no mínimo 1,7 GHz;

4.11.3 - Processador de arquitetura x86 com suporte a 32 bits e 64 bits;

4.11.4 - Suporte à virtualização e instruções de virtualização de I/O e extensões do conjunto de instruções SSE4.1/4.2, AVX 2.0;

4.11.5 - Controlador de memória DDR4 integrado;

4.11.6 - Memória cache mínima de 6MB;

4.11.7 - Suportar AES (Advanced Encryption Standard), para criptografia de dados;

4.11.8 - Deverá atingir índice de, no mínimo, 8.100 (oito mil e cem) pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php;

4.11.9 - O modelo de processador ofertado deve possuir tecnologia de fabricação de 14 (quatorze) nanômetros e deverá ser da última geração disponibilizada pelo fabricante do Processador;

4.12 - INTERFACE:

4.12.1 - Interface controladora de vídeo resolução mínima de 1366x768, ou superior, com profundidade de cores True Color, com taxa de atualização mínima de 60 Hz e padrão plug-and-play, com capacidade para controlar no mínimo 02 (dois) monitores simultaneamente e permitir a extensão da área de trabalho;

4.12.2 - Deve possuir controladora de vídeo integrada ao processador com capacidade de mínimo 1GB de memória compartilhada dinamicamente;



4.12.3 - No mínimo 1 (um) conector digital do tipo DisplayPort e/ou HDMI. Caso a interface de vídeo seja integrada, deverá possuir alocação dinâmica de memória. Em ambos os casos, deverá suportar a tecnologia DirectX 12 e OpenGL 4.4, ou superior;

4.12.3.1 - No caso de não possuir conector HDMI deverá ser fornecido um adaptador de saída digital para HDMI;

4.12.4 - Interface de rede, compatível com os padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet de 10/100/1000 Mbps (10baseT/100baseTX/1000baseT), com conector RJ45, autosense, full-duplex, configurável totalmente por software, função wake-on-lan, PXE 2.0 (Pre-Boot eXecution) para realizar instalação remota através da rede, DASH 1.2 e WS-MAN, suporte ao protocolo SNMP (gerenciamento remoto). LEDs de indicação de atividade de rede, integrada à placa principal;

4.12.5 - Interface de rede sem fio interna ao equipamento, homologada pela ANATEL, com suporte para padrão 802.11 a/b/g/n/AC, integrada à placa principal, com suporte às tecnologias WPA2. Não será aceita solução USB para as interfaces de conectividade;

4.12.6 - No mínimo 03 (três) portas USB 3.0 integrada à placa principal, sendo uma delas energizada mesmo com o equipamento desligado;

4.12.7 - Deve possuir 01 (uma) porta USB 3.0 Tipo C com acesso na parte lateral do equipamento;

4.12.8 - 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) e/ou conector combo compatível com especificação HD áudio ou superior;

4.12.9 - Interface Bluetooth v.4.1 integrada à placa wireless;

4.13 - GABINETE:

4.13.1 - Espessura (altura) de, no máximo, 2,2 cm (com variação superior de até 0,2 cm) em toda sua extensão e com o equipamento fechado;

4.13.2 - Peso de, no máximo, 1,8 Kg (com variação superior de até 0,1 kg) contando com a bateria e disco SSD;

4.13.3 - Reforçado com ligas de magnésio, alumínio ou carbono comprovado através de declaração do fabricante do equipamento, ou laudo técnico emitido pelo INMETRO, IPT ou outro órgão ou instituição reconhecidamente capacitado(a) para avaliação de composições materiais;

4.13.4 - Na cor preta, cinza, prata ou combinação dessas;

4.13.5 - Leitor de impressão digital integrado;

4.13.6 - Botão liga/desliga na parte frontal superior do gabinete tendo a possibilidade de ser desligado por *software* mantendo pressionado o botão, o qual possui dispositivo de proteção para prevenir o desligamento acidental;

4.13.7 - Possui luzes de indicação de atividade de equipamento ligado (power-on) acoplado ao hardware;

4.13.8 - Som estéreo com dois alto falantes integrados, com potência total de, no mínimo, 1 watt e controle de som (aumentar, diminuir e mudo) integrado no gabinete, sendo aceita solução através de combinação de teclas (FN);

4.13.9 - Microfone digital integrado;

4.13.10 - Antena WI-FI de dupla-banda (Dual-Band) integrada;

4.13.11 - Entrada universal, integrada ao gabinete, para trava (cabo) de segurança;

4.13.12 - Câmera integrada com resolução de, no mínimo, 720p em Alta Definição HD;

4.13.13 - Possui leitor de cartão do tipo SD ou micro SD;

4.14 - FONTE DE ALIMENTAÇÃO E BATERIA:

4.14.1 - Bateria de Íon de Lítio (Lithium-Íon). Considerando o acesso aos dispositivos de armazenamento, medida pelo software Battery Eater mais recente, a bateria deverá garantir o funcionamento do equipamento por 100 minutos em condições normais de uso, com a tela em brilho médio;

4.14.2 - Deve aceitar tensões de entrada de 100 a 240 VCA ($\pm 10\%$), 50-60 Hz, com ajuste automático da tensão de entrada;

4.15 - MEMÓRIA RAM:

4.15.1 - Padrão DDR4 de no mínimo 2400 MHz ou superior, com capacidade instalada mínima de 8192 Megabytes, sendo um módulo 8192 Megabytes;

4.15.2 - O equipamento deve ser fornecido de maneira a permitir sua expansão a um mínimo de 16 (dezesesseis) Gigabytes de memória;

4.16 - ARMAZENAMENTO:

4.16.1 - A capacidade da unidade de armazenamento deverá ser de no mínimo 240 Gigabytes do tipo Solid State Drive (SSD);

4.16.2 - Interface tipo Serial ATA III 3.0 ou mSATA III, com velocidade de transferência de no mínima 6.0 GB/S;

4.16.3 - Possuir MTBF de no mínimo 1.000.000 de horas, com capacidade de leitura dinâmica sequencial de no mínimo 450 MB/s e capacidade de escrita sequencial de no mínimo 250 MB/s.

4.17 - TECLADO:

4.17.1 - Do tipo retro iluminado por LED;

4.17.2 - Padrão ABNT-2;

4.17.3 - Dispositivo apontador do tipo touch pad com dois botões além de função de rolagem, com suporte a movimentos múltiplos (multi-touch);

4.17.4 - Possuir dreno e/ou proteção emborrachada que impossibilite passagem do líquido para o interior do equipamento nos casos de derramamento acidental, ou apresentar um recurso similar;

4.17.5 - Possuir gravação das teclas com tecnologia que permite o uso contínuo sem que a impressão dos caracteres nas teclas se deteriore com o tempo (teclas apagadas);

4.18 - MOUSE:

4.18.1 - Mouse de 2 botões, formato ergonômico, ambidestro (simétrico), com tecnologia óptica laser (sem esfera), no formato padrão;

4.18.2 - Com roda (wheel) para rolagem (scroll) e função de botão;

4.18.3 - Resolução mínima de 1000 dpi;

4.18.4 - Mouse pad com superfície adequada para utilização de mouse óptico;

4.18.5 - Plug-and-Play compatível com Windows 7 ou superior;

4.18.6 - Conector USB padrão 1.0 sem o uso de adaptadores;

4.19 - ACESSÓRIOS:

4.19.1 - Maleta própria para o equipamento portátil, em poliéster ou nylon ou couro, na cor preta, com bolso interno para documentos e objetos e bolso individual interno ou externo para acomodar carregador e mouse. Possui qualidade construtiva que garante resistência e proteção efetiva para o equipamento e seus acessórios;

4.20 - TELA:

4.20.1 - Tela plana Widescreen com tecnologia de retro iluminação por LED, com área de 14 polegadas na diagonal;

4.20.2 - Resolução nativa mínima de 1366x768 60Hz, com no mínimo 16 milhões de cores para iluminação CCFL e, no mínimo, 262 mil cores iluminação LED;

4.20.3 - Controle de brilho;

4.20.4 - Capacidade de visualização simultânea das imagens na tela e em um monitor externo;

4.20.5 - Tratamento antirreflexo;

4.21 - CERTIFICAÇÕES:

4.21.1 - O Licitante deverá apresentar certificado HCL (Microsoft Windows Catalogue), para Windows 10 (64 Bits) ou comprovação através de acesso à página Internet da Microsoft que garanta a total compatibilidade com o Sistema Operacional, para a marca e modelo do



equipamento ofertado. Neste caso, cada Licitante deverá apresentar na proposta (junto à documentação ou proposta do edital) - um link do fabricante do Equipamento (que consta na Microsoft) com o qual poderá ser consultado / validado a Marca e o modelo do equipamento ofertado em específico, que está certificado pela Microsoft;

4.21.2 - Possui certificação de homologação da ANATEL para dispositivo sem fio, comprovada por meio da respectiva etiqueta afixada ao equipamento, com validade vigente;

4.21.3 - Todos os certificados deverão obrigatoriamente ser apresentados em seus documentos originais ou cópias, com exceção dos certificados emitidos através da Internet, nos quais deverá constar obrigatoriamente a URL do sítio de origem;

4.21.4 - As embalagens dos equipamentos deverão ser 100% (cem por cento) recicláveis.

5 - Da Garantia

5.1 - Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia total do fabricante ou da licitante pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses do tipo on site, isto é, onde se encontrem incluindo a troca de equipamentos defeituosos e a assistência técnica;

5.2 - O início da garantia dar-se-á a partir da data de Recebimento Definitivo;

5.3 - A movimentação dos equipamentos entre as sedes da contratante não excluem a garantia dos itens;

5.4 - No intuito de viabilizar a abertura de chamados, a licitante deverá apresentar junto com sua proposta número de linha do tipo gratuito (0800), bem como link específico via internet contendo usuário e senha para abertura e acompanhamento de chamados e e-mail;

5.5 - O prazo de garantia exigido pelo Edital deverá constar da proposta da licitante vencedora;

5.6 - Os atendimentos mencionados nas especificações "Garantias" descritas nas especificações técnicas deverão ser realizadas em todas as instalações do Contratante:

5.6.1 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

5.6.1.1 - Rua Acre, 80, Rio de Janeiro/RJ

5.6.1.2 - Rua Beneditinos, 24, Rio de Janeiro/RJ

5.6.1.3 - Rua Visconde de Inhaúma, 68, Rio de Janeiro/RJ

5.6.1.4 - Rua Dom Gerardo, 46, Rio de Janeiro/RJ

5.6.1.5 - Rua Almirante Barroso, 78, Rio de Janeiro/RJ

5.6.1.6 - Av. Rio Branco, 241, Rio de Janeiro/RJ

5.6.2 - Seção Judiciária do Espírito Santo:

5.6.2.1 - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877, Vitória/ES

5.6.2.2 - Av. Monte Castelo, 96, Cachoeiro de Itapemirim/ES

5.6.2.3 - Rua Cel. Constantino Cunha, 1334, São Mateus/ES

5.6.2.4 - Av. Hans Schmogger, 808, Linhares/ES

5.6.2.5 - Rua Santa Maria, 46, Colatina/ES

5.6.2.6 - Rua 1D, s/n, esquina com Rodovia Norte Sul, Serra/ES

5.6.3 - Seção Judiciária do Rio de Janeiro:

5.6.3.1 - Av. Rio Branco, 243, Rio de Janeiro/RJ

5.6.3.2 - Av. Venezuela, 134, Rio de Janeiro/RJ

5.6.3.3 - Rua Manaí, 81 - Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ

5.6.3.4 - Rua Almirante Barroso, 78, Rio de Janeiro/RJ

5.6.3.5 - Rua Coronel Carvalho, 465, Angra dos Reis/RJ

5.6.3.6 - Rua José Alves Pimenta, 1091, Barra do Piraí/RJ

5.6.3.7 - Praça Santíssimo Salvador, 62, Campos dos Goytacazes/RJ

5.6.3.8 - Rua Aylton da Costa, 115, Duque de Caxias/RJ

5.6.3.9 - Av. Amélia Saraiva dos Santos, 85, Itaboraí/RJ

5.6.3.10 - Av. Presidente Dutra, 1.172, Itaperuna/RJ

5.6.3.11 - Rodovia RJ 168, Km 4, Macaé/RJ

5.6.3.12 - Rua Salma Repani, 114, Magé/RJ

5.6.3.13 - Rua Coronel Gomes Machado, 73/75, Niterói/RJ

5.6.3.14 - Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, 604, Niterói/RJ

5.6.3.15 - Rua Hans Geiser, 26, Nova Friburgo/RJ

5.6.3.16 - Rua Oscar Soares, 2, Nova Iguaçu/RJ

5.6.3.17 - Av. Koeller, 167, Petrópolis/RJ

5.6.3.18 - Av. Rita Maria Ferreira da Rocha, 1.235, Resende/RJ

5.6.3.19 - Rua Coronel Serrado, 1.000, São Gonçalo/RJ

5.6.3.20 - Av. Presidente Lincoln, 1090, São João de Meriti/RJ

5.6.3.21 - Rua 17 de Dezembro, lote 4 A, São Pedro da Aldeia/RJ

5.6.3.22 - Rua Francisco Sá, 343, Teresópolis/RJ

5.6.3.23 - Rua Barbosa de Andrade, 201, Três Rios/RJ

5.6.3.24 - Rua José Fulgêncio Neto, 38, Volta Redonda/RJ

5.6.4 - Outros endereços da CONTRATANTE que surjam durante a execução contratual, respeitado os limites dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

6 - DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA

6.1 - O prazo de entrega dos materiais será de até 40 (quarenta) dias contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

6.2 - As entregas dos equipamentos deverão ser agendadas e realizadas nos seguintes endereços:

6.2.1 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

Seção de Almojarifado/Divisão de Patrimônio e Almojarifado

Rua Beneditinos, 24, 2º andar, Centro – Rio de Janeiro-RJ

Telefone: 21 2282-8264

E-mail: salmox@trf2.jus.br

Horário: das 12:00 às 17:00 de 2ª a 6ª feira.

6.2.2 - Seção Judiciária do Espírito Santo:

Seção de Material - SEMAT

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo - Vitória/ES

Telefone: (27) 3183-5004

E-mail: semat@jfes.jus.br

Horário: das 12:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira.

6.2.3 - Seção Judiciária do Rio de Janeiro:

Seção de Almojarifado - SEALM

Rua Equador, 613, Santo Cristo - Rio de Janeiro/RJ.

Telefones: (21) 3218-6612 / 3218-6613.

E-mail: tssealm@jfrj.jus.br

Horário: das 9:00 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira.

8. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO

8.1. A CONTRATADA deverá respeitar e cumprir todas as disposições da legislação ambiental vigente, responsabilizando-se perante ao CONTRATANTE, os Órgãos Ambientais e terceiros, por todo e qualquer dano ou prejuízo que porventura cause ao Meio Ambiente.



9. DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL

9.1. O manuseio dos equipamentos deve estar de acordo com a Política de Utilização de Recursos de TI (TRF2-PTP-2014/00432).



ANEXO II
MODELO DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 127-2019

Proc. TRF2-EOF-2019/286

SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº: _____/2019.

FORNECEDOR: _____

1 - OBJETO - A presente Solicitação de Fornecimento tem por objeto a aquisição de _____, de acordo com as especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e na proposta da empresa contratada, do Pregão Eletrônico SRP nº 127-19.

Item	Especificação Objeto	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
			Total Geral	

2 - PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA

2.1. A entrega deverá ser realizada no prazo máximo de _____ (_____) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho;

2.2. As entregas dos equipamentos deverão ser agendadas e realizadas nos seguintes endereços:
Tribunal Regional Federal da 2ª Região: Seção de Almoxarifado/Divisão de Patrimônio e Almoxarifado, Rua Beneditinos, 24, 2º andar, Centro – Rio de Janeiro-RJ Telefone: 21 2282-8264 E-mail: salmox@trf2.jus.br Horário: das 12:00 às 17:00 de 2ª a 6ª feira. / Seção Judiciária do Espírito Santo: Seção de Material – SEMAT Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo - Vitória/ES Telefone: (27) 3183-5004 E-mail: semat@jfes.jus.br Horário: das 12:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira. / Seção Judiciária do Rio de Janeiro: Seção de Almoxarifado – SEALM Rua Equador, 613, Santo Cristo - Rio de Janeiro/RJ. Telefones: (21) 3218-6612 / 3218-6613. E-mail: tssealm@jfrj.jus.br Horário: das 9:00 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira.

3 - PREÇO

3.1. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região pagará à CONTRATADA o valor total de R\$..... (.....), conforme cláusula quarta da Ata de Registro de Preços.

3.2. Estão incluídos no preço proposto a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento.

Rio de Janeiro, /..... /.....

(Nome e cargo do Servidor - Setor Requisitante)



ANEXO III
DECLARAÇÃO
(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e
229/2016)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 127-19

Proc. nº TRF2-EOF-2019/286

_____ **DECLARA**, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
-------	-------------	------------	------

_____	_____	_____	_____
-------	-------	-------	-------

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ____/20__
Processo Administrativo Digital n.º TRF2-EOF-2019/00286
Pregão Eletrônico/SRP N.º 127/2019
Validade: 12 (doze) meses

O **Tribunal Regional Federal da 2.ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, n.º 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Reis Friede**, doravante denominado simplesmente **TRF – 2.ª RG**, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 127/2019**, homologado em __/__/2019, através do despacho nº TRF2-DES-2019/____ do Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2019/00286, **RESOLVE** registrar o preço da empresa _____, inscrita no C.N.P.J. n.º _____, estabelecida na _____, CEP _____, Tel.: (__) _____, *e-mail*: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a)**. _____, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada para o(s) item(ns), atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações; Lei n.º 10.520/02 e Decretos n.ºs 7.892/13 e 10.024/19 e Portaria n.º TRF2-PTP-2017/00110 de 15 de março de 2017, em conformidade com as disposições a seguir:

Ata de Registro de Preços nº ____/2019 – Fornecedor (ams)

MINUTA

Pág. 1



Autenticado com senha por NADIA MARIA DA CUNHA GALVÃO.
Documento N.º: 2706196-2298 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2CAP201928499

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

A presente Ata tem por objeto a aquisição de notebooks, para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES), atuando este E. Tribunal como Órgão Gerenciador e as mencionadas Seções Judiciárias como Órgãos Participantes, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 127/2019, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e a proposta de preços apresentada pela licitante classificada para os itens, independentemente de transcrição, conforme constam nos autos do Processo Administrativo Digital n.º TRF2-EOF-2019/00286.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Tribunal Regional Federal da 2ª Região a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

O controle e a administração desta Ata caberão à Divisão de Suporte e Usuários de TI (DISUS) do TRF-2ª Região.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO:

4.1 – O(s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões), o(s) quantitativo(s), a(s) empresa(s) fornecedora(s) e representante(s) legal(is) encontram-se enunciados na presente Ata.

4.1.1 - PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE (UN)		PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	Notebook corporativo, tipo Ultrafino, com tela de 14"		TRF2	30		
			SJRJ	250		
			SJES	44		
TOTALS			324			

Obs.: Código SIASG _____

4.2 – Periodicidade de solicitação: conforme necessidade e disponibilidade orçamentária do Contratante;

4.3 – Nos preços registrados estão incluídos a incidência tributária e os demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas,



emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto.

4.4 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registros de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

4.5 – Os preços registrados poderão ser revistos nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

4.6 – O Fornecedor deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4.7 – O prazo de entrega dos equipamentos é de ____ (_____) dias, [no máximo 40 (quarenta) dias, conforme Proposta], contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

4.8 As entregas dos equipamentos deverão ser agendadas e realizadas nos endereços elencados a seguir:

4.8.1 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região / Seção de Almoxarifado/Divisão de Patrimônio e Almoxarifado, situada na Rua Beneditinos, 24, 2º andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ, Telefone: (21) 2282-8264, E-mail: salmox@trf2.jus.br, no horário das 10:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira

4.8.2 - Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro / Seção de Almoxarifado – SEALM, situada na Rua Equador, 613, Santo Cristo - Rio de Janeiro – RJ, Telefones: (21) 3218-6612 / 3218-6613, E-mail: tssealm@jfrj.jus.br, no horário das 09:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira;

4.8.3 - Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo / Seção de Material – SEMAT, situada na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo – Vitória – ES, Telefone: (27) 3183-5004, E-mail: semat@jfes.jus.br, no horário: das 12:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

5.1.1 – pelo TRF – 2ª RG:

5.1.1.1 – quando o Fornecedor descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços;

5.1.1.2 – quando o Fornecedor não assinar o Contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.1.3 – quando caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;

5.1.1.4 – quando o preço registrado se apresentar superior ao praticado no mercado e o Fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado;

5.1.1.5 – quando o Fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art 87 da Lei nº 8.666 de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520 de 2002;

5.1.1.6 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

5.1.2 – pelo FORNECEDOR:



5.1.2.1 – Quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

5.2 – O cancelamento do Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao procedimento administrativo da presente Ata.

5.4 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

5.5 – A solicitação do Fornecedor para cancelamento do preço registrado poderá não ser aceita pelo TRF – 2ª RG, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Edital do Pregão mencionado no preâmbulo, caso não aceitas as razões do pedido.

5.6 – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas ao fornecimento do(s) item(ns).

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO:

6.1 – O Tribunal Regional Federal da 2ª Região fará as aquisições mediante emissão da solicitação de fornecimento, constante do Anexo II do Edital do Pregão mencionado no preâmbulo, e de Contrato específico, celebrado de acordo com os materiais e quantidades constantes na referida solicitação.

6.2 – A contratação será sempre representada pelo Contrato, e a sua celebração será formalizada pela assinatura do supracitado instrumento por parte do(s) Fornecedor(es) com preço registrado na Ata de Registro de Preços.

6.3 – O Fornecedor se compromete a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da Ata, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

7.1 – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços, na forma da IN-24-13 de 21.02.06, deste TRF – 2ª RG.

7.2 – Integram esta Ata o Edital do Pregão mencionado no preâmbulo, seus anexos, a documentação e a proposta da empresa classificada, independentemente de transcrição.

7.3 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), o Fornecedor deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68 – 2º andar – no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO:

O presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante, observado o disposto no Parágrafo único do art. 61 c/c art. 15 § 2º, ambos da Lei nº 8.666/93.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº127/2019 - fundamentado na Lei nº 10.520/02 e nos Decretos nºs 7.892/13 e 10.024/19 Proc. nº TRF2-EOF-2019/00286

9 - CLÁUSULA NONA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas da presente Ata ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes a presente Ata, em 02 (*duas*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2.019.

DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Presidente

RESPONSÁVEL
FORNECEDOR
(cargo)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/20__

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS, QUE
ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2019/00286

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Reis Friede**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. n.º _____, estabelecida na _____, CEP: ____-____, Tel.: (____) _____, *e-mail*: _____, representada neste ato por seu (sua) _____, **Sr.(a)** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2019/00286, em consequência do Pregão Eletrônico SRP nº 127/2019, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e nos Decretos nºs 7.892/13 e 10.024/19, homologado em ____/____/2019, através do despacho nº TRF2-DES-2019/____, FIRMAM o presente Contrato visando à *aquisição de notebooks*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Portaria nº TRF2-PTP-2017/00110 de 15 de março de 2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:



1 – CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de notebooks, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 127/2019 e seus Anexos I, II, III e IV, e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

2.1 – Descritas detalhadamente no ITEM 4 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1.1 - Todos os equipamentos a serem fornecidos deverão ser novos, estar em linha de produção e fabricação, com a embalagem original de fábrica lacrada, sendo que, em hipótese alguma, serão aceitos equipamentos reconicionados ou já utilizados anteriormente;

3.1.2 - Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os itens e acessórios necessários a sua perfeita ativação e funcionamento;

3.1.3 - Apresentação de certificações emitidas por instituições públicas ou privadas acreditadas ou credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação dos seguintes requisitos, conforme citado no decreto 7.174/2010:

3.1.3.1 - Segurança para o usuário e instalações;

3.1.3.2 - Compatibilidade eletromagnética;

3.1.3.3 - Consumo de energia.

3.1.4 - As entregas dos equipamentos deverão ser agendadas e realizadas nos endereços elencados a seguir:

3.1.4.1 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região / Seção de Almoxarifado/Divisão de Patrimônio e Almoxarifado, situada na Rua Beneditinos, 24, 2º andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ, Telefone: (21) 2282-8264, *E-mail*: salmox@trf2.jus.br, no horário das 12:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira;

3.1.4.2 - Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro / Seção de Almoxarifado – SEALM, situada na Rua Equador, 613, Santo Cristo - Rio de Janeiro – RJ, Telefones: (21) 3218-6612 / 3218-6613, *E-mail*: tssealm@jfrj.jus.br, no horário das 09:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira;

3.1.4.3 - Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo / Seção de Material – SEMAT, situada na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo – Vitória – ES, Telefone: (27) 3183-5004, *E-mail*: semat@jfes.jus.br, no horário: das 12:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira.

3.2 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

3.2.1 - O prazo de entrega dos equipamentos é de ____ (_____) dias, [no máximo 40 (quarenta) dias, conforme Proposta], contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;



3.2.2 – Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

4 – CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES:

4.1 – DA CONTRATADA:

4.1.1 – Responder por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

4.1.2 – Não transferir, sob nenhum pretexto, a responsabilidade assumida no presente Contrato para outras entidades, quer sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

4.1.3 – Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do Contratante.

4.1.4 – Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento dos equipamentos, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

4.1.5 – A Contratada deverá implantar a solução adquirida sem gerar interrupções na rede preexistente.

4.1.6 – O transporte dos equipamentos até o local de entrega deverá ser realizado pela Contratada, incluindo procedimentos de seguro, embalagem e transporte até o local especificado, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

4.1.7 – Fornecer todos os componentes de *hardware* e *software* necessários para a perfeita execução do objeto contratado;

4.1.8 – A Contratada poderá fornecer itens com características adicionais e até mesmo superiores, desde que não haja prejuízo de qualquer das funcionalidades especificadas e seja mantida a compatibilidade da solução;

4.1.8.1 – A substituição mencionada no subitem anterior deverá ser solicitada ao Contratante e somente poderá ser realizada mediante expressa autorização do mesmo.

4.1.9 – A Contratada deverá fornecer qualquer material adicional (cabo, conector, *transceiver*, conversor, etc.), correlato ao objeto contratado, necessário ao perfeito funcionamento dos itens adquiridos;

4.1.10 – A Contratada deverá arcar com todas as despesas decorrentes de deslocamento, alimentação e estadia para realização dos serviços (*on-site*) na sede do Contratante;

4.1.11 – É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação,



conforme Resolução n.º 7, alterada pela Resolução n.º 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.

4.1.11.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

4.1.12 – Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual;

4.1.13 – A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução n.º 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria n.º CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012;

4.1.14 – A Contratada deverá respeitar e cumprir todas as disposições da legislação ambiental vigente, responsabilizando-se perante o Contratante, os Órgãos Ambientais e terceiros, por todo e qualquer dano ou prejuízo que porventura cause ao Meio Ambiente.

4.2 – DO CONTRATANTE:

4.2.1 – Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento do objeto deste Contrato pela Contratada;

4.2.2 – Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado.

4.2.3 – Acompanhar, fiscalizar e avaliar o fornecimento de equipamentos objeto do Contrato;

4.2.4 – Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato;

4.2.5 – Facilitar o acesso da Contratada para a consecução do objeto do Contrato;

4.2.6 – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo fornecedor, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;

4.2.7 – Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos equipamentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

4.2.8 – Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

4.2.9 – Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos de prestar o serviço contratado, desde que se apresentem devidamente identificados, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina) do Contratante;

4.2.10 – Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade verificada no cumprimento do objeto deste Contrato, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;

4.2.11 – Recusar o recebimento do *hardware*, material ou serviço que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela Contratada;

4.2.12 – Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento do objeto desta contratação pela Contratada.

4.2.13 – Demais deveres e responsabilidades previstos neste Contrato.



5 – CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, c/c a IN SLTI/MPDG n.º 01, de 04/04/2019, o objeto do presente Contrato será recebido mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, e da seguinte forma:

5.1.1 – **Provisoriamente** – Imediatamente, **pelo Fiscal Técnico**, depois de efetuada a entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com os termos contratuais;

5.1.2 – **Definitivamente** – No prazo de 10 (*dez*) dias, **pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante**, contato a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo caso devidamente justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais;

5.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pela Comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, a qual confirmará a aceitação definitiva dos equipamentos, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

5.3 – Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SLTI/MPDG n.º 01, de 04/04/2019 e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

5.4 – Se, após o recebimento provisório, for constatado que os equipamentos foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

5.5 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

5.6 – O aceite/aprovação do(s) equipamento(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

6 – CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

6.1 – DO PREÇO:

6.1.1 – PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE (UN)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	Notebook corporativo, tipo Ultrafino, com tela de 14"		TRF2		
			SJRJ		
			SJES		
TOTAL					

Obs.: Código SIASG _____



6.1.2 – O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

6.1.3 – Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à perfeita execução do objeto contratado;

6.1.4 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços são fixos e irrevogáveis, salvo mediante ocorrência das hipóteses previstas pelo artigo 17 do Decreto n.º 7.892/2013.

6.2 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1 – O pagamento será efetuado após a entrega dos equipamentos, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor do Contrato, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal para valor inferior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), ou em até 10 (dez) dias úteis, para valor superior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), a contar do atesto do documento fiscal, aposto pelo gestor do Contrato;

6.2.1.1 – No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

6.2.1.2 – Para fins do disposto no subitem 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.2.2 – O documento fiscal deverá acompanhar os produtos quando estes forem entregues, de 2ª a 6ª feira, nos endereços e horários indicados nos subitens 3.1.4.1 a 3.1.4.3 deste Contrato.

6.2.2.1 – A entrega deverá ser agendada com antecedência através dos telefones (21) 2282-8264 (TRF2), (21) 3218-6612 / 3218-6613 (SJRJ) e (27) 3183-5004 (SJES).

6.2.3 – Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

6.2.4 – A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa n.º 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas n.º 1.540 de 05/01/2015 e n.º 1.552 de 02/03/2015;

6.2.5 – A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, em conformidade com o Acórdão 964/2012 – Plenário - TCU;

6.2.5.1 – A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.



6.2.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

6.2.7 – No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal n.º 691/84, alterada pela Lei n.º 3.691/03, a Contratada não localizada no município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

6.2.7.1 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa decorrente do fornecimento objeto deste Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União do Contratante e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de empenho
02.061.0569.4257.6013	4.4.90.52.35	085.391	

8 – CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:

8.1 – Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores do Contratante, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do Contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a Contratada que:

- 8.1.1 – apresentar documentação falsa;
- 8.1.2 – fraudar a execução do Contrato;
- 8.1.3 – comportar-se de modo inidôneo;
- 8.1.4 – cometer fraude fiscal;
- 8.1.5 – fizer declaração falsa;

8.2. – Para os fins do subitem 8.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

8.3 – Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei n.º 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do Contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a Contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos subitens 8.4, 8.5 e 8.6, com as seguintes penalidades:

- 8.3.1 – advertência;
- 8.3.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (*dois*) anos;
- 8.3.3 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será



concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

8.3.4 – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos.

8.4 – No caso de inexecução parcial do objeto, a Contratada fica sujeita à aplicação de multa de até 20% (*vinte por cento*) do valor do Contrato.

8.5 – No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) do valor do Contrato.

8.6 – Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais especificadas no Edital e Termo de Referência, a Contratada, caso não sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% (*um décimo por cento*) e 0,5% (*cinco décimos por cento*) do valor do Contrato por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2% (*dois por cento*), se descumprido mais de 01 (*um*) item obrigatório concomitantemente;

8.7 – O valor da multa poderá ser descontado dos documentos fiscais devidos à Contratada.

8.7.1 – Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida;

8.7.2 – Se os valores dos documentos fiscais e da garantia, se exigida, forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (*quinze*) dias, contados da comunicação oficial;

8.7.3 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

8.7.4 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (*dez*) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

8.8 – Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017.

8.9 – A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei;

8.10 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9 – CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO:

9.1 – A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei n.º 8.666/93.

9.2 – O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93;

9.3 – A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.



10 – CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 – O fornecimento contratado obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 127/2019 e seus Anexos I, II, III e IV;
- b) Proposta datada de ___/___/20___, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos equipamentos (TRF2-CAP-20___/___).
- c) Ata de Registro de Preços n.º ___/20___, constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 127/2019.

10.2 – Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a", "b" e "c" prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 – O Contratante designará a **Equipe de Gerenciamento da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo**, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

11.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

11.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

11.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11.4 – A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados.

11.5 – As irregularidades detectadas pela fiscalização do Contratante serão comunicadas formalmente à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA:

12.1 – **DA VIGÊNCIA:**

12.1.1 – O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se no primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no subitem 5.1.2 da Cláusula Quinta.

12.2 – **DA GARANTIA:**

12.2.1 – Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia de ___ (____) meses, **[no mínimo 36 (trinta e seis) meses, conforme Proposta]**, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo previsto no subitem 5.1.2 deste Contrato, do tipo *on-site*, incluindo substituição de equipamentos defeituosos e assistência técnica;



12.2.2 – O início da garantia dar-se-á a partir da data de Recebimento Definitivo;

12.2.3 – A movimentação dos equipamentos entre as sedes da contratante não excluem a garantia dos itens;

12.2.4 – No intuito de viabilizar a abertura de chamados, a Contratada deverá apresentar junto com sua proposta número de linha do tipo gratuito (0800), bem como *link* via *internet* específica contendo usuário e senha para abertura e acompanhamento de chamados e *e-mail*;

12.2.5 – O prazo de garantia exigido pelo Contrato deverá constar da proposta da Contratada, discriminada no item 10.1, alínea “b”, da Cláusula Décima;

12.2.6 – Os atendimentos descritos nesta Cláusula deverão ser realizados nas instalações do Contratante discriminadas a seguir;

12.2.6.1 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2);

- a) Rua Acre, nº 80, Rio de Janeiro/RJ;
- b) Rua Beneditinos, nº 24, Rio de Janeiro/RJ;
- c) Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, Rio de Janeiro/RJ;
- d) Rua Dom Gerardo, nº 46, Rio de Janeiro/RJ;
- e) Rua Almirante Barroso, nº 78, Rio de Janeiro/RJ;
- f) Av. Rio Branco, nº 241, Rio de Janeiro/RJ.

12.2.6.2 – Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ):

- a) Av. Rio Branco, nº 243, Centro, Rio de Janeiro/RJ;
- b) Av. Venezuela, nº 134, Centro, Rio de Janeiro/RJ;
- c) Rua Manaí, nº 81, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ;
- d) Rua Almirante Barroso, nº 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ;
- e) Rua Coronel Carvalho, nº 465, Angra dos Reis/RJ;
- f) Rua José Alves Pimenta, nº 1.091, Barra do Pirá/RJ;
- g) Praça Santíssimo Salvador, nº 62, Campos dos Goytacazes/RJ;
- h) Rua Aylton da Costa, nº 115, Duque de Caxias/RJ;
- i) Av. Amélia Saraiva dos Santos, nº 85, Itaboraí/RJ;
- j) Av. Presidente Dutra, nº 1.172, Itaperuna/RJ;
- k) Rodovia RJ 168, Km 4, Macaé/RJ;
- l) Rua Salma Repani, nº 114, Magé/RJ;
- m) Rua Coronel Gomes Machado, nº 73/75, Niterói/RJ;
- n) Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, nº 604, Niterói/RJ;
- o) Rua Hans Geiser, nº 26, Nova Friburgo/RJ;
- p) Rua Oscar Soares, nº 2, Nova Iguaçu/RJ;
- q) Av. Koeller, nº 167, Petrópolis/RJ;
- r) Av. Rita Maria Ferreira da Rocha, nº 1.235, Resende/RJ;
- s) Rua Coronel Serrado, nº 1.000, São Gonçalo/RJ;
- t) Av. Presidente Lincoln, nº 1.090, São João de Meriti/RJ;
- u) Rua 17 de Dezembro, lote 4 A, São Pedro da Aldeia/RJ;
- v) Rua Francisco Sá, nº 343, Teresópolis/RJ.
- x) Rua Barbosa de Andrade, 201, Três Rios/RJ
- z) Rua José Fulgencio Neto, 38, Volta Redonda/RJ

12.2.6.3 – Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES);



- a) Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, n.º 1.877, Vitória/ES;
- b) Av. Monte Castelo, n.º 96, Cachoeiro de Itapemirim/ES;
- c) Rua Cel. Constantino Cunha, n.º 1.334, São Mateus/ES;
- d) Av. Hans Schmoger, n.º 808, Linhares/ES;
- e) Rua Santa Maria, n.º 46, Colatina/ES;
- f) Rua 1D, s/n, esquina com Rodovia Norte Sul, Serra/ES.

12.2.6.4 – Demais endereços do Contratante que porventura surjam durante a execução contratual, respeitado os limites dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

13.1 – Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

13.2 – Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação dos débitos referentes à presente contratação em favor do Contratante.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

15.1 – O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações da Lei n.º 9.069 de 29/06/95 e Lei n.º 10.192 de 14/02/2001.

15.2 – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados do contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

15.3 – As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei n.º 9.648 de 27 de maio de 1998.

15.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar ao Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

15.5 – Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.

16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93, o presente instrumento de contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP n.º127/2019 – fundamentado na Lei n.º 10.520/02 e nos Decretos n.ºs 7.892/13 e 10.024/19 Proc. n.º TRF2-EOF-2019/00286

17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 02 (*duas*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2019.

DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
PRESIDENTE

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(Cargo)

